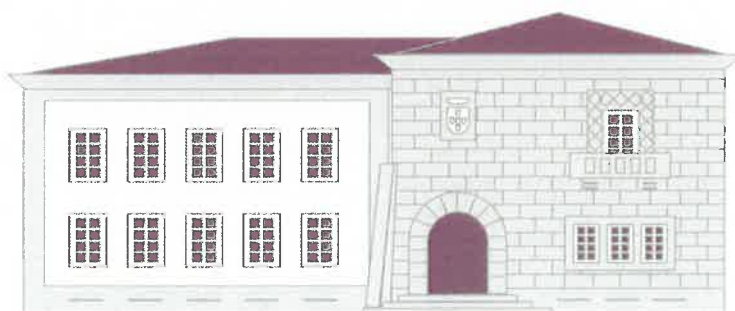


1

DEMONSTRAÇÕES FINACEIRAS
(INDIVIDUAIS)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta



[Handwritten signatures in blue ink]

1.1 – Balanço



MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

Balanço a 31 de dezembro de 2025

(MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA A CINTA)

Valores em Euros

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente		43 329 771,46 €	43 965 405,52 €
Ativos fixos tangíveis	5	41 669 947,16 €	42 278 924,80 €
Ativos intangíveis	3	85 436,23 €	74 578,11 €
Participações financeiras	20 e 18.1	1 226 733,28 €	1 226 427,82 €
Outras contas a receber	18.1	347 654,79 €	385 474,79 €
Ativo corrente		1 545 768,00 €	898 677,92 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1		43 793,97 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	48 718,76 €	37 504,65 €
Estado e outros entes públicos	18.1	12 180,75 €	21 294,22 €
Outras contas a receber	18.1	584 880,86 €	444 061,48 €
Diferimentos		18 308,82 €	21 913,49 €
Caixa e depósitos	1.2	881 678,81 €	330 110,11 €
Total Ativo		44 875 539,46 €	44 864 083,44 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		31 193 859,29 €	30 148 356,38 €
Património/Capital		25 097 961,80 €	25 097 961,80 €
Reservas		55 822,24 €	55 822,24 €
Resultados transitados		-13 358 925,68 €	-12 814 717,12 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-34 001,76 €	-34 001,76 €
Outras variações no património líquido		20 567 886,43 €	18 387 499,78 €
Resultado líquido do período		-1 134 883,74 €	-544 208,56 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		11 406 478,33 €	12 535 262,42 €
Provisões	15	8 437,60 €	208 949,13 €
Financiamentos obtidos	7	10 634 708,95 €	11 337 920,42 €
Fornecedores			0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		705 286,40 €	886 553,52 €
Diferimentos			43 793,97 €
Outras contas a pagar	18.2	58 045,38 €	58 045,38 €
Passivo corrente		2 275 201,84 €	2 180 464,64 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2		1 524,42 €
Fornecedores	18.2	503 688,19 €	444 154,69 €
Estado e outros entes públicos	18.2	98 608,50 €	118 449,94 €
Financiamentos obtidos	7	734 912,33 €	236 417,88 €
Fornecedores de investimentos	18.2	90 920,89 €	459 859,48 €
Outras contas a pagar	18.2	847 071,93 €	920 058,23 €
Total Passivo		13 681 680,17 €	14 715 727,06 €
Total Património Líquido e Passivo		44 875 539,46 €	44 864 083,44 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Deu', 'Abel.', and 'Jon']



[Handwritten signatures in blue ink]

1.2 – Demonstrações de Resultados por Natureza



MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO
2025/01/01 - 2025/12/31

ANO
2025

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14	629 845,09 €	589 254,79 €
Vendas	13	23 007,22 €	18 168,07 €
Prestações de serviços e concessões	13	476 970,53 €	491 472,59 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		7 318 340,82 €	6 824 124,50 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18	305,46 €	-3 466,53 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-43 054,54 €	-51 759,01 €
Fornecimentos e serviços externos		-3 997 153,02 €	-3 750 676,15 €
Gastos com pessoal	19	-3 867 497,79 €	-3 587 651,21 €
Transferências e subsídios concedidos		-545 108,67 €	-474 630,48 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	196,09 €	6 556,94 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	200 001,53 €	671 225,47 €
Outros rendimentos	13 e 14	715 480,42 €	872 968,71 €
Outros gastos		-49 439,33 €	-251 586,30 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		861 893,81 €	1 354 001,39 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-1 860 817,56 €	-1 675 853,21 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-998 923,75 €	-321 851,82 €
Juros e gastos similares suportados		-135 959,99 €	-222 356,74 €
Resultado antes de impostos		-1 134 883,74 €	-544 208,56 €
Resultado líquido do período		-1 134 883,74 €	-544 208,56 €



[Handwritten signatures in blue ink]

1.3 – Demonstrações das alterações no Património Liquido



[Handwritten signatures in blue ink]

1.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa



[Handwritten signatures in blue ink]

1.5 – Anexo às Demonstrações Financeiras



Notas às Demonstrações Financeiras

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei nº 192/2015, de 11 de Setembro, é um conjunto de normas e procedimentos contabilísticos aplicados às entidades do sector público, desenvolvido com o intuito de harmonizar e padronizar a informação financeira e contabilística, visando a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Estas Notas são elaboradas em conformidade com o “Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras” constantes da NCP1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, dando especial ênfase às divulgações que podem tomar a forma de quadros normalizados para facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida no SNC-AP.

As divulgações feitas no Anexo são claras, objetivas e concisas, são efetuadas em função da materialidade das quantias envolvidas e da importância dos assuntos a relatar.

Os quadros e explicações que a seguir se apresentam não prejudicam, nem substituem, qualquer outra informação que a entidade deva fazer em relação às notas aqui indicadas e a outras que sejam aplicáveis à entidade nos termos previstos no Modelo acima referido.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade, período de relato:

De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 5º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos representativos do município são a Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta e a Câmara Municipal.

Composição da Assembleia Municipal até 26-10-2025:

Presidente da Mesa

- ❖ Miguel Ângelo Alves Gata

1º Secretário

- ❖ Ivo Emanuel Morgado Caravau

2º Secretário

- ❖ Ana Cristina Coxito dos Santos Faustino



Membros da Assembleia Municipal

- ❖ Carlos Manuel Sapage Parada
- ❖ Ivo Manuel Canhota Fortuna
- ❖ Pedro Miguel Rocha Carneiro
- ❖ António Manuel Morgado Tavares
- ❖ Zeferino Luís Barros Lemos
- ❖ Ana Sofia Manta Madeira
- ❖ Ana Clara Nobre Durana
- ❖ Laura Isabel Alves Xambre
- ❖ Manuel Afonso Moreirão Vicente
- ❖ Raúl Jesus Rocha Ferreira
- ❖ Márcia Andreia Ferreira Saldanha Frade
- ❖ Ana Isabel Preto Mesquita
- ❖ Carlos Manuel Teixeira Madeira - (União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco)
- ❖ António Manuel Fidalgo - (União de Freguesias de Lagoaça e Fornos)
- ❖ Luís Filipe Roxo Portela - (Junta de Freguesia de Poiares)
- ❖ Paulo Jorge de Sousa Xavier Pereira - (Junta de Freguesia de Ligares)

Composição da Assembleia Municipal a 31-12-2025:

Presidente da Mesa

- ❖ Ana Luísa Silva Peleira

1º Secretário

- ❖ Ana Cristina Coxito dos Santos Faustino

2º Secretário

- ❖ António Manuel Fidalgo

Membros da Assembleia Municipal

- ❖ Carlos Manuel Sapage Parada
- ❖ Luís Miguel Xavier Pereira
- ❖ Ivo Emanuel Morgado Caravau
- ❖ Cláudia Manuela Pinto Caldeira
- ❖ Ana Rita dos Remédios Mamede
- ❖ Ana Sofia Manta Madeira
- ❖ João Paulo Alves Castanho
- ❖ António Manuel Morgado Tavares
- ❖ Ivo Manuel Canhota Fortuna
- ❖ Ana Manuela Madeira de Almeida
- ❖ Pedro Manuel Neto Araújo
- ❖ Raúl Jesus Rocha Ferreira
- ❖ Carlos Manuel Teixeira Madeira - (União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco)



- ❖ José Manuel Pinto Marcos - (União de Freguesias de Lagoaça e Fornos)
- ❖ Luís Filipe Roxo Portela - (Junta de Freguesia de Poiares)
- ❖ Paulo Jorge de Sousa Xavier Pereira - (Junta de Freguesia de Ligares)

Sessões da Assembleia Municipal

Em 2025, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias nas seguintes datas: 15 de fevereiro, 24 de abril, 20 de junho, 26 de setembro e 09 de dezembro.

Composição da Câmara Municipal a 26-10-2025:

Presidente

- ❖ Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Vice-Presidente

- ❖ Ana Luísa Silva Peleira

Vereadores com pelouros atribuídos

- ❖ Rui Pedro Madeira Vicente

Vereadores sem pelouros atribuídos

- ❖ Fernando António da Silva Rodrigues
- ❖ Ricardo Eurico Gabriel Sapage

Composição da Câmara Municipal a 31-12-2025:

Presidente

- ❖ Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Vice-Presidente

- ❖ Rui Pedro Madeira Vicente

Vereadores com pelouros atribuídos

- ❖ Marisa João Palma Ferreira Madeira

Vereadores sem pelouros atribuídos

- ❖ Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira
- ❖ António José Gaspar Morgado



Reuniões da Câmara Municipal

Em 2025, a Câmara Municipal realizou 26 sessões ordinárias nas seguintes datas:

Janeiro: 10 e 24;

Fevereiro: 07 e 21;

Março: 07 e 21;

Abril: 04 e 17;

Maior: 05, 16 e 30;

Junho: 13 e 30;

Julho: 15 e 25;

Agosto: 08 e 28;

Setembro: 05 e 22;

Outubro: 03 e 20;

Novembro: 03, 14 e 28;

Dezembro: 12 e 23.

Estrutura Orgânica dos serviços Municipais

A estrutura orgânica do Município de Freixo de Espada à Cinta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 28 de setembro de 2024, sob proposta da Câmara Municipal datada de 28 de julho de 2024, tendo sido publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 195 — 08 de outubro de 2024.

O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, foi aprovado pela Câmara Municipal na reunião do dia 28 de junho de 2024 e publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 195 — 08 de outubro de 2024.

Modelo da estrutura Orgânica

A estrutura orgânica dos Serviços Municipais de Freixo de Espada à Cinta adota, exclusivamente, o modelo de “estrutura hierarquizada” estabelecida na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-lei nº 305/2009, de 23 de outubro.

A estrutura interna hierarquizada é constituída por:

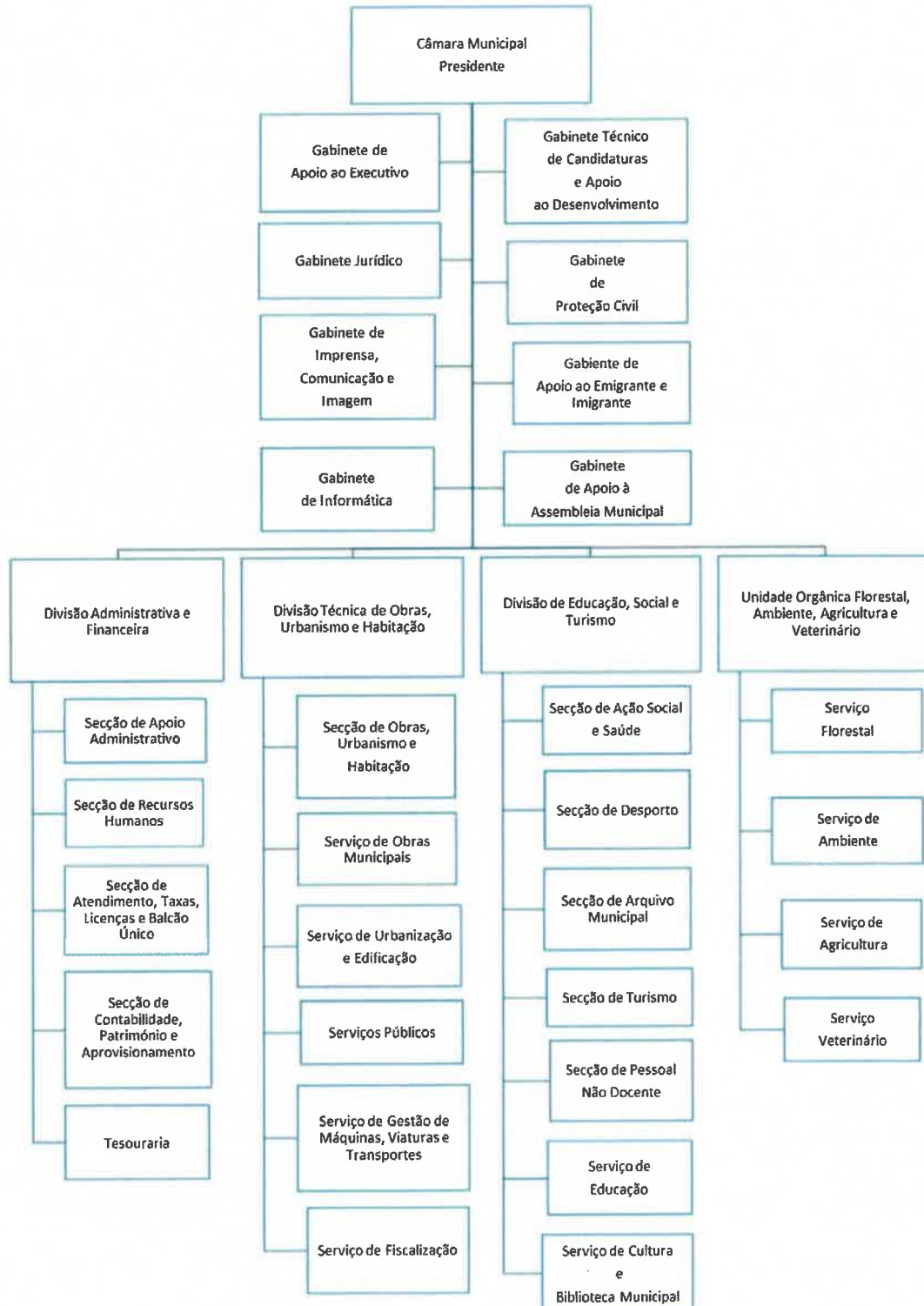
- ❖ Unidade Nuclear sob forma de Departamento municipal;
- ❖ Unidades Orgânicas de carácter flexível (divisões), dirigidas pelos chefes de divisão;
- ❖ Subunidades orgânicas (secções), coordenadas por um coordenador técnico.



MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

O número máximo de unidades nucleares, orgânicas e subunidades orgânicas foi fixado em uma Unidade Nuclear, quatro Unidades Orgânicas Flexíveis e vinte e duas Subunidades Orgânicas como ilustra o Organograma seguinte:





Recursos Humanos do Município

No final de 2025 os recursos humanos totalizavam 173 pessoas, que inclui o pessoal não docente transferido para o Município ao abrigo do Protocolo celebrado entre o Município de Freixo de Espada À Cinta e o Ministério de Educação e também por força da entrada em vigor do diploma referente à descentralização de competências na área da educação.

A repartição por cargo/carreira é a seguinte:

Cargo/Carreira	Homens	Mulheres
Dirigente Intermédio	2	2
Técnico Superior	7	11
Assistente Técnico	14	21
Assistente Operacional	63	32
Informática	3	0
Fiscal	2	0
Pessoal não Docente:		
Assistente Técnico	3	0
Assistente Operacional	3	10
Total	97	76

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Desp.', 'Alil.', 'AS', and 'Jrm']



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA		8.1.1

1.1	ENDEREÇO POSTAL: 5180-103 FREIXO DE ESPADA À CINTA
	Telefone: 279658160 FAX: 279658165
	Nº. DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506 884 937

1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
Município	Até 10 000	<input checked="" type="checkbox"/>
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	<input type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 40 000	<input type="checkbox"/>
FONTE: STAPE – Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral		

2	LEGISLAÇÃO	8.1.2
	Data de constituição ___/___/___ Publicada no D.R. de ___/___/___	

3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
	A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados?	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos:	

3.2	EMPRESAS MUNICIPAIS	
	A Câmara Municipal tem Empresas Municipais?	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos:	

3.3	ÓRGÃOS	
	Tem órgãos de natureza consultiva?	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N
	Tem órgãos de fiscalização?	<input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N

3.4	ORGANOGRAMA	
	Anexo Organograma aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária do dia 28 de Setembro de 2024.	

4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4
----------	--	--------------



MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

A atividade desenvolvida insere-se na esfera de atribuições dos Municípios de acordo com o figurino consagrado na Lei nº. 75/2013 de 12 de Setembro com vista à satisfação das necessidades coletivas das populações respetivas, com particular relevo nos domínios económico, cultural e social.

5	RECURSOS HUMANOS	8.1.5
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO	
Presidente:	<u>Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira</u>	13 de Outubro/21 a 26 de Outubro/25
	<u>Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira</u>	27 de Outubro/25 a 31 de Dezembro/25
Vereadores:	<u>Ana Luísa Silva Peleira</u>	13 de Outubro/21 a 26 Outubro/25 <u>Vice-Presidente</u>
	<u>Rui Pedro Madeira Vicente</u>	13 de Outubro/21 a 26 Outubro/25
	<u>Fernando António Silva Rodrigues</u>	13 de Outubro/21 a 26 Outubro/25
	<u>Ricardo Eurico Gabriel Sapage</u>	20 de Setembro/22 a 26 Outubro/25
	<u>Rui Pedro Madeira Vicente</u>	27 de Outubro/25 a 31 Dezembro/25 <u>Vice-Presidente</u>
	<u>Marisa João Palma Pereira Madeira</u>	27 de Outubro/25 a 31 Dezembro/25
	<u>Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira</u>	27 de Outubro/25 a 31 Dezembro/25
	<u>António José Gaspar Morgado</u>	27 de Outubro/25 a 31 Dezembro/25

5.2	NÚMERO DE VEREADORES	
Em regime de permanência		2
A meio tempo		-
Restantes vereadores		2
FONTE:		



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6
<p>1 – DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO </p> <p>2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES DOCUMENTADAS <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N </p> <p>PERIODICIDADE TRIMESTRAL SEMESTRAL</p> <p>3 – DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N</p> <p>EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA </p> <p>OUTRAS INFORMAÇÕES </p>		

7	OUTRA INFORMAÇÃO	8.1.7
----------	-------------------------	--------------

7.1	REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS
------------	---

	DATA A APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO
<input type="checkbox"/> INVENTÁRIO				
<input type="checkbox"/> NORMAS DE CONTROLO INTERNO	07/02/2025			
<input type="checkbox"/> BALANÇO INICIAL				
<input type="checkbox"/> NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	18/11/2024	29/11/2024		
<input type="checkbox"/> OUTRAS				

7.2	ACÇÕES INSPECTIVAS				
	Entidade	ANOS DE INCIDÊNCIA			
		ANO N	N - 1	N - 2	N - 3
	Inspeção Geral Finanças				



MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

	Inspeção Geral da Administração do Território				
7.3	DOCUMENTOS DE GESTÃO				
		Data de aprovação pelo Órgão Executivo	Data da Publicação pelo Órgão Deliberativo	Observações	
	Grandes Opções do Plano	2024-11-18	2024-11-29	Referente ao ano de 2025	
	Orçamento	2024-11-18	2024-11-29	Referente ao ano de 2025	
	Documentos de Prestação de Contas				
	Outros				
8	FINANÇAS LOCAIS				
	CORRENTES		CAPITAL		
	F.E.F.: 4.937.049,00 €		F.E.F.: 548.561,00 €		
	Excedente: 1.139.200,00 €		Excedente: 1.139.201,00 €		
	F.S.M.: 80.988,00 €				
	I.R.S.: 97.350,00 €				
9	DESPESAS DE INVESTIMENTO				
	ANO N : 2.529.016,05 €				
	ANO N - 1 : 1.721.229,03 €				
	ANO N - 2 : 1.341.772,34 €				
	ANO N - 3 : 1.212.398,70 €				
10	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES				

O PRESIDENTE DA CÂMARA DA CÂMARA,

Dr. Nuno Manuel Gomes Rocha Ferreira



1.2 – Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade, com exceção do requisito da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, estamos ainda em fase de implementação da mesma, já adquiridos software de suporte e formação dos técnicos para funcionamento dos mesmos e centralização da aquisição de bens através de uma Central de Compras.

De seguida, apresentamos a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

Desagregação de Caixa e Depósitos		
-----------------------------------	--	--

Conta	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2 285,05 €	3 036,10 €
Depósitos à Ordem		
Depósitos Bancários à Ordem	879 393,76 €	327 074,01 €
Total	881 678,81 €	330 110,11 €

Estes saldos encontram-se disponíveis para uso.



Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o SNC-AP e de acordo com o modelo de contabilidade baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal.

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos Intangíveis (NCP 3):

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e qualquer perda de imparidade.

Ativos Fixos Tangíveis (NCP 5):

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em 2025 e anteriores, encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda de imparidade.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao bem, e o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito, é considerado o valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o valor de mercado para os ativos tangíveis móveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, e são registadas na Demonstração dos Resultados por Natureza nas rubricas de 'Outros rendimentos' ou 'Outros gastos'.

Os terrenos não são depreciáveis.

As depreciações e amortizações correspondentes à desvalorização normal dos ativos, decorrentes do gasto com a sua utilização, são calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta) trimestralmente considerando preferencialmente a vida útil de referência constante no CC2 (Classificador Complementar 2).

Custo de Empréstimos Obtidos (NCP 7):

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados, de acordo com o regime de acréscimo.



Imparidade dos Ativos (NCP 9):

A imparidade de um ativo reflete uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Num ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição dos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla. À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade quando a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados por Natureza na rubrica de 'Perdas por Imparidade'.

Inventários (NCP 10):

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, sendo que o sistema de inventário adotado é o permanente.

Quando os inventários são consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP 13 e NCP 14):

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, Serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade. Por outro lado, nas transações sem contraprestação, uma entidade recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual. Neste âmbito, para se distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Estes rendimentos são registados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Transferências e subsídios correntes obtidos:

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica 'Imputação de subsídios' e 'transferências para investimentos' numa base



sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (NCP 15):

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Acontecimentos após a data de relato (NCP 17):

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço, se materiais, são divulgados nas notas (Nota 17).

Instrumentos financeiros (NCP 18):

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pelo Município, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: dinheiro, um instrumento de capital próprio de uma outra entidade, um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade, trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para o Município.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual, para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis para o Município.

Instrumentos de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros são registados inicialmente de acordo com o modelo do justo valor. A mensuração subsequente vai depender das características dos ativos e passivos financeiros e das



políticas contabilísticas, podendo ser aplicados o modelo do justo valor, do custo ou do custo amortizado.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Benefícios dos empregados (NCP19):

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios incluem vencimentos, subsídios de férias e de natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Divulgação das partes relacionadas (NCP 20):

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

Depreciações e amortizações:

As depreciações e amortizações correspondentes à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no CIBE para os bens adquiridos até 31/12/2019, exceto para edifícios e outras construções e no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/201, de 11 de setembro para os bens adquiridos após 01/01/2020 e para todos os edifícios e outras construções, em regime de duodécimos, nos termos anteriores descritos.

Investimentos Financeiros (NCP 21):

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo método de equivalência patrimonial, segundo a NCP 21 e os restantes investimentos/financiamentos foram mensurados ao custo.

Acréscimos:

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.



Diferimentos:

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2026 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização já ocorreu em 2025, nomeadamente juros de empréstimos.

2.2 – Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Não foram efetuados juízos de valor.

2.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações foram elaboradas numa perspetiva de continuidade.

2.4 – Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.

Ponto 2.1 desta mesma Nota.

2.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamentos material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras, bem como os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em cursos, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas efetuadas prendem-se com:

- Determinação de eventuais necessidades de reconhecimento de perdas por imparidade de ativos.
- Quantificação da responsabilidade decorrente dos acordos de pré-reforma celebrados.
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.



MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE											
(MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA A CINTA)											
(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento dos Resultados)											Ano
Período											2025
01/01/2025											
31/12/2025											
Rubrica	Designação	Visualizar Contas s/ Mov.		Variações							Quantia escriturada final
		Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	74 578,11 €	41 824,80 €								85 436,23 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	70 630,70 €								-18 425,40 €	52 205,30 €
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas de informação	3 947,41 €	41 824,80 €							-12 541,28 €	33 230,93 €
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros										
A17	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	74 578,11 €	41 824,80 €							-30 966,68 €	85 436,23 €

AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS										
(MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA A CINTA)										
(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento dos Resultados)									Ano	
Período										2025
01/01/2025										
31/12/2025										
RUBRICAS	Visualizar Contas s/ Mov.		Sim		Final do Período					
	Início do Período									
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]		
	Ativos Intangíveis	332 585,48 €	258 007,37 €		74 578,11 €	374 410,28 €	288 974,05 €	85 436,23 €		
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico	92 127,00 €	21 496,30 €		70 630,70 €	92 127,00 €	39 921,70 €	52 205,30 €		
A12	Goodwill									
A13	Projetos de desenvolvimento	180 504,31 €	180 504,31 €		180 504,31 €	180 504,31 €				
A14	Programas de computador e sistemas de informação	27 338,23 €	23 390,82 €		3 947,41 €	69 163,03 €	35 932,10 €	33 230,93 €		
A15	Propriedade industrial e intelectual									
A16	Outros	32 615,94 €	32 615,94 €		32 615,94 €	32 615,94 €				
A17	Ativos intangíveis em curso									
	TOTAL	332 585,48 €	258 007,37 €		74 578,11 €	374 410,28 €	288 974,05 €	85 436,23 €		

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Não se verifica a existência de Acordos de concessão de serviços.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido ou até estar totalmente depreciado, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2 (Classificador Complementar). Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, constantes no Balanço podem resumir-se como se segue:



MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE

(MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA A CINTA)

Período	Visualizar Contas s/ Mov.		Variações no período							Quantia escriturada final	
	01/01/2025	31/12/2025	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Ano 2025											
Ativos Fixos Tangíveis											
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	20 325 631,15 €	50 673,99 €						-1 187 916,51 €			19 188 388,63 €
Terrenos e recursos naturais	28 291 878,36 €	46 279,45 €									28 338 157,81 €
Edifícios e outras construções	-10 297 316,28 €							-740 617,23 €			-11 037 933,51 €
Infraestruturas	2 693 130,86 €	4 394,54 €						-423 561,33 €			2 273 964,07 €
Património histórico, artístico e Outros	-362 061,79 €							-23 737,95 €			-385 799,74 €
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis	21 953 293,65 €	1 170 199,25 €						-641 934,37 €			22 481 558,53 €
Terrenos e recursos naturais	3 407 895,72 €	1 750,00 €									3 409 645,72 €
Edifícios e outras construções	15 513 967,23 €	49 280,72 €						-444 826,38 €			15 118 421,57 €
Equipamento básico	405 231,81 €	47 806,97 €						-88 753,61 €			364 285,17 €
Equipamento de transporte	136 118,62 €	71 553,85 €						-56 384,92 €			151 287,55 €
Equipamento administrativo	59 744,45 €	7 520,60 €						-13 677,04 €			53 588,01 €
Equipamentos biológicos											
Outros	160 498,14 €	17 405,77 €						-38 292,42 €			139 611,49 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 269 837,68 €	974 881,34 €									3 244 719,02 €
TOTAL	42 278 924,80 €	1 220 873,24 €						-1 829 850,88 €			41 669 947,16 €



Durante 2025, terminaram três empréstimos, por fim de contrato, sendo eles:

Caixa Geral de Depósitos – contrato nº 23/187 no valor de 1.162.901,11€

Caixa Geral de Depósitos – contrato nº 2/2005 no valor de 537.033,39€

Caixa Geral de Depósitos – contrato nº 3/2005 no valor de 254.649,00€

Foram desembolsadas mais duas tranches do empréstimo contratado com o Fundo de Apoio Municipal, para liquidação da dívida de dois processos em curso findos ao longo de 2025 no valor de 7480,09€ e 24.258,90€ respetivamente e já provisionados no Programa de Ajustamento Municipal perfazendo o total de 11.669.134,04€ utilizados dos 12.651.819,15€ contratados.

Nota 8 – Propriedades de investimento

Durante o exercício de 2025, o Município de Freixo de Espada à Cinta não deteve quaisquer bens imóveis (terrenos ou edifícios) que pudessem ser classificados como propriedades de investimento, nos termos da norma contabilística aplicável. Como tal, não existem saldos ou movimentos a reportar nesta nota.

Nota 9 – Imparidade de Ativos

Elaboramos o seguinte quadro com base no cumprimento da NCP 9 – Imparidade de Ativos:

Imparidade de Ativos				
Classe	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Reversão de Imparidade	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	48 492,74 €	- €	226,02 €	48 718,76 €

Perdas por Imparidade Acumulada			
Quantia Bruta Inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia Bruta Final
236 110,14 €	- €	226,02 €	235 884,12 €

Analisando o quadro verificamos que ao longo do presente ano foi recebida guia de receita de água de anos anteriores, resultando numa reversão de perdas de imparidade do respetivo montante no valor de 226,02€.



Nota 10 – Inventários

Tendo em conta que grande parte do inventário se encontra relacionado com economato, tendo por isso um valor residual, foi opção no atual ano económico afetar todo o inventário a gastos do exercício como demonstra o quadro abaixo:

MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA A CINTA									
Período de 2025/01/01 a 2025/12/31									
Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	- €	43 054,54 €	43 054,54 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	43 054,54 €	43 054,54 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Nota 11 – Agricultura

Tendo em conta a natureza das atividades desenvolvidas pelo Município de Freixo de Espada à Cinta, não existem ativos biológicos ou produtos agrícolas que se enquadrem no âmbito da NCP 11 – Agricultura. Assim, a presente nota não apresenta quaisquer saldos ou movimentos no exercício de 2025.

Nota 12 – Contratos De Construção

O Município de Freixo de Espada à Cinta não atuou como contratante em contratos de construção para terceiros nos termos previstos na NCP 12. Todas as obras de iniciativa municipal são contabilizadas como ativos próprios (Ativos Fixos Tangíveis), pelo que esta nota não é aplicável.



Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.13.1)		
PERÍODO	ANO	
	2025	2024
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	
Prestação de serviços	476 970,53 €	491 472,59 €
Resíduos Sólidos	117 946,13 €	120 092,43 €
Trabalhos por Conta de Particulares	3 787,21 €	3 820,18 €
Cemitérios	1 545,00 €	1 725,00 €
Serviços Sociais	20 797,34 €	20 995,24 €
Outros serviços	332 894,85 €	344 839,74 €
Outros serviços	306 300,40 €	306 776,54 €
Outros	8 670,36 €	8 964,21 €
Concessões	4 285,84 €	17 276,41 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	13 638,25 €	11 822,58 €
Venda de bens	22 485,70 €	18 168,07 €
Produtos acabados e intermédios	22 485,70 €	18 168,07 €
Outros	8 204,06 €	3 138,75 €
Ganhos em inventários	8 204,06 €	2 338,75 €
Outros rendimentos		800,00 €
TOTAL	507 660,29 €	512 779,41 €

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.14.1)					
PERÍODO					ANO
					2025
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	411 206,17 €				
Derrama	59 787,61 €				
Imposto municipal sobre imóveis	273 084,91 €				
Imposto único de circulação	78 333,65 €				
Outros					
Impostos indiretos	192 444,89 €				
Loteamentos e Obras					
Ocupação da Via Pública					
Pubicidade					
Saneamento					
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
Imposto sobre o Ruído					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	192 444,89 €				
Outros					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	26 115,55 €				
Mercados e feiras	15 807,95 €				
Loteamentos e obras	4 674,64 €				
Ocupação da via pública	2 436,96 €				
Saneamento					
Licença sobre o ruído					
Outras	3 181,00 €				
Taxas	15,00 €				
Multas e outras penalidades	600,00 €				
Juros de mora					
Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legislação afim					
Coimas e penalidades por contraordenações					
Outras multas e penalidades	600,00 €				
Transferências sem condição	7 318 340,82 €	2 843 415,39 €			
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4 937 049,00 €	548 561,00 €			
Artigo 35º, nº8 da Lei nº73/2013	1 139 201,00 €	1 139 200,00 €			
Fundo Social Municipal (FSM)	80 988,00 €				
Participação no IRS	96 115,00 €				
Participação no IVA	25 468,00 €				
Outras	1 039 519,82 €	1 155 654,39 €			
Administração Regional					
Segurança Social					
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros					
TOTAL	7 948 707,43 €	2 843 415,39 €	0,00 €	0,00 €	

**Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Freixo de Espada à Cinta, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas de 2025, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 8.437,60 euros, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Freixo de Espada à Cinta, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

As provisões existentes a 31 de dezembro de 2025 são:

Provisões	
Processo	Valor
1. Em curso: processo nº 212/20.0 BEMDL Ministério Público	- €
2. Em curso: processo nº 282/20.1 BEMDL Ministério Público	8 437,60 €
3. Em curso: processo nº 389/20.5BEMDL	- €
4. Em curso: processo nº 374/21.0 BEMDL Rita Ramos	- €
5. Em curso: processo nº107/24.9 GCTMC Margarida	- €
6. Em curso: processo nº COR/2025/29 CNPD	- €
Total	8 437,60 €

No decorrer do ano, instauraram-se dois novos processos, terminaram dois processos judiciais em curso e foram regularizados três processos diminuindo as provisões no valor de 200.511,53€, sendo eles:

Processo nº 37/23.1 BEMDL, Climalar, José Vilela Costa. no valor de 24.749,17€, resultando num gasto do exercício de 1.000,27€.

Processo nº 58664/23.3 YIPRT, Bricantel – Comércio de Materiais elétricos de Bragança, Lda no valor de 8.843,32€, resultando num gasto do exercício de 1.363,23€.

Processo 212/20.0 BEMDL, processo 374/21.0 BEMDL e o processo 389/20.5 BEMDL provisionados por 30.000,01€, 30.000,01€ e 138.148,01€ respetivamente. Dado que não existem valores estimados de pagamento, visto se tratar de atos de impugnação de processos, resultando na invalidade ou validade dos atos, foram revertidas as provisões anteriores reconhecidas.

Processo 107/24.9 GCTMC, Outros, provisionado com saldo nulo.

Processo COR/2025/29 CNPD, Comissão Nacional de Proteção de Dados, provisionado com saldo nulo.



Nota 16 – Efeitos de alterações em Taxas de Câmbio

Durante o exercício de 2025, o Município de Freixo de Espada à Cinta realizou a totalidade das suas operações em Euros (moeda de relato), não detendo ativos ou passivos monetários expressos em moeda estrangeira. Pelo exposto, não se registaram diferenças de câmbio, não sendo aplicável o preenchimento desta nota.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras.

Desta forma, quando há evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos são ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não há evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Município tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras e têm uma dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos, com dimensão material nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2025.



Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Quadro 18.1 – Ativos Financeiros:

Rubricas	Quantia Escrituradas Inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final
		Vendas	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros mensuração ao justo valor através de resultados										
Ativos Financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	3 962,82 €				305,46 €		- €			4 268,28 €
Participações Financeiras - Outros métodos	1 222 465,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		- €	1 222 465,00 €
Ativos Financeiros mensuração ao custo amortizado										
Participações financeiras - custos										
Outros Ativos Financeiros										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis	43 793,97 €	- €	- €	- €	3 426 393,68 €	- €	- €	- €	3 470 187,65 €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	37 504,65 €	495 081,70 €	- €	226,02 €	- €	- €	- €	- €	484 093,61 €	48 718,76 €
Estado e outros entes públicos	21 294,22 €	- €	- €	- €	26 576,67 €	- €	- €	- €	35 690,14 €	12 180,75 €
Outras contas a receber	829 536,27 €	- €	- €	- €	102 999,38 €	- €	- €	- €	- €	932 535,65 €
Diferimentos	21 913,49 €	- €	- €	- €	18 308,82 €	- €	- €	- €	21 913,49 €	18 308,82 €
TOTAL	2 180 470,42 €	495 081,70 €	- €	226,02 €	3 574 584,01 €	- €	- €	- €	4 011 884,89 €	2 238 477,26 €

Quadro 18.2 – Passivos Financeiros:

Rubricas	Quantia Escrituradas Inicial (2)	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada Final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Perdas por justo valor	Outras	
Passivos Financeiros mensuração ao justo valor através de resultados									
Passivos Financeiros detidos para negociação									
Outros Passivos Financeiros									
Passivos Financeiros mensuração ao custo amortizado									
Financiamentos obtidos	11 574 338,30 €	- €	- €	31 738,99 €	236 456,01 €	- €	- €	- €	11 369 621,28 €
Credores por transferências e subsídios concedidos	1 524,42 €	7 113 209,19 €	- €	- €	7 114 733,61 €	- €	- €	- €	- €
Fornecedores	444 154,69 €	9 640 769,27 €	- €	- €	9 580 667,03 €	- €	- €	568,74 €	503 688,19 €
Estado e outros entes públicos	118 449,94 €	1 537 569,79 €	- €	- €	1 557 411,23 €	- €	- €	- €	98 608,50 €
Fornecedores de Investimento	459 859,48 €	881 017,78 €	- €	- €	1 249 956,37 €	- €	- €	- €	90 920,89 €
Outras contas a pagar	647 644,63 €	- €	- €	18 160,17 €	- €	- €	- €	- €	665 804,80 €
Responsabilidade por Benefícios pós-emprego	1 158 967,12 €	- €	- €	587,01 €	273 000,60 €	- €	- €	- €	886 553,53 €
Diferimentos	43 793,97 €	- €	- €	92 839,63 €	- €	- €	- €	136 633,60 €	- €
TOTAL	14 448 732,55 €	19 172 566,03 €	- €	143 325,80 €	20 012 224,85 €	- €	- €	137 202,34 €	13 615 197,19 €

Participações Financeiras:

As participações financeiras estão mensuradas pelo custo à exceção da Participada Congida la Barca, da qual detemos 50% do capital social, e no cumprimento do ponto 5 da NCP 23 – Investimentos em Associadas, encontra-se registada pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) com um valor inicial de 3.962,82€. A totalidade dos Capitais Próprios da participada a 31 de dezembro de 2025 em conformidade com o Relatório de contas da mesma, eram de 8.536,55€, multiplicando pela nossa participação resulta no valor de 4.268,28€, representando um rendimento para o Município de 305,46€ no exercício de 2025.



Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Ao longo de 2025, verificamos um aumento de 279.846,58€ em relação ao período homologado, como mostra o quadro seguinte:

Designação	2025	2024
Remunerações dos titulares de órgão de soberania e membros de órgãos autárquicos	159 643,70 €	153 596,59 €
Remunerações de pessoal	2 892 288,94 €	2 689 797,03 €
Encargos sobre remunerações	684 420,17 €	636 895,58 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	25 684,44 €	18 738,48 €
Outros gastos com o pessoal	37 450,97 €	29 963,08 €
Outros encargos sociais	68 009,57 €	58 660,45 €
Total	3 867 497,79 €	3 587 651,21 €

Este aumento em todas as rubricas, deve-se à valorização salarial da função pública no início do período. Quanto à rubrica das remunerações de pessoal, apesar de terem terminado o vínculo sete funcionários, tivemos o acréscimo de gastos com nove funcionários na pré-reforma que atingiram a idade de reforma e não optaram pela mesma, fazendo com que aumente a rubrica em mais de 176 mil euros.

O Município integra no quadro 173 colaboradores representando 2.892.288,94€ em remunerações.

As Pessoas chave da Gestão são compostas por cinco elementos, auferindo uma remuneração de 159.643,70€ no presente ano e encargos com sistema de proteção social no montante de 34.891,98€.



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Prestação de contas Individual – Gerência 2025

Nota 20 – Divulgação de Partes Relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se as partes relacionadas:

Participações em Entidades Não Societárias										
Entidade Participada		Tipo de entidade		Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização de capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C	CAE			Valor nominal subscrito	Valor nominal realizado	Meios Monetários	Meios Monetários	Em espécie	
Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	84114	Associação						Quotas	
Douro Superior Associação de Desenvolvimento	503508985	94991	Associação						Quotas	
Turismo do Porto e Norte de Portugal	508905435	84123	Entidade Regional						Quotas	
AMPV- Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	94110	Associação de Municípios						Quotas	
CIMDOURO	508779200	84130	Associação de Municípios						Quotas	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	84114	Sociedade por Quotas	418 000 000,00 €	227 511,00 €	227 511,00 €	227 511,00 €			
Fundação Museu do Douro	507693671	91020	Fundação	1 093 034,10 €	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €			

Participações em Entidades Societárias										
Entidade Participada		Tipo de entidade		Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização de capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C	CAE			Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios Monetários	Em espécie	
Águas do Norte S.A.	513606084	36001	Sociedade Anónima	111 061 732,00 €	0,076%	84 213,00 €	84 213,00 €			
Congida la Barca	504635042	50300	Sociedade por Quotas	58 427,80 €	50%	29 213,90 €	29 213,90 €			
Águas do Interior- Norte, E.I.M., S.A.	515684473	36002	Empresa Pública Municipal	27 148 050,00 €	3,33%	902 800,00 €	14 800,00 €	880 000,00 €		
LRTM- Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda	503271985	86901	Sociedade por Quotas	82 302,00 €	4,545%	3 741,00 €	3 741,00 €			



Nota 21 – Relato por segmentos

Não aplicável. O Município gere as suas atividades de forma integrada, não existindo uma separação de ativos e passivos por segmentos independentes.

Nota 23 – Outras Divulgações

Foram considerados em acréscimos de rendimentos:

Relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos em janeiro de 2026;

Imputação do rendimento relativo ao IRS e Imposto municipal sobre imóveis correspondentes a 2025;

Resíduos Sólidos Urbanos relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025;

Em acréscimos de gastos foi reconhecido:

Estimativa do valor de férias, subsídios de férias e encargos relacionados que os trabalhadores tinham direito a receber em 1 de janeiro de 2026 relativo ao trabalho prestado em 2025;

Segurança Social de prestadores de serviços dos anos de 2024 e 2025, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte;

Responsabilidade pelos Acordos de Pré-Reforma de 12 funcionários na pré-reforma;

Juros de empréstimos relativamente ao exercício, cuja a despesa só ocorrerá na liquidação da próxima prestação;

Encargos com a recolha dos resíduos urbanos de dezembro de 2025, fatura ainda não emitida;

Foram considerados em diferimentos de gastos os seguros pagos em 2025 referentes ao período de 2026.



Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão Executivo informa que o Município não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

O Município não é devedor ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, e no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).

Plano de Ajustamento Municipal -PAM

Nos termos do artigo 29.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, o município tem a obrigação de prestar informação relativa a execução do PAM, a informação relativa ao segundo e ao quarto trimestre de cada ano é acompanhada de certificação do Auditor Externo do município.

Honorários do ROC- Revisor Oficial de Contas

Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, é necessária a Revisão e Certificação Legal das contas anuais do Município de Freixo de Espada à Cinta.

O nº 3 do artigo 76.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que os documentos de prestação de contas das autarquias locais, que sejam obrigadas nos termos da lei, à adoção de contabilidade patrimonial, sejam remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, dos últimos três anos foram os seguintes:

- Ano económico de 2025 – 9 097,90€
- Ano económico de 2024 – 12 250,08€
- Ano económico de 2023 – 12 250,08€



[Handwritten signatures in blue ink]

1.6 – Relatório Anual – Fundo de Apoio Municipal